



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11303 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO – LEI Nº 13.415/2017: UM BALANÇO DE PRODUÇÃO

Dirceu Santos Silva - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Otávio Bonjiovanne Lourenço - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Mario Cesar de Paula Ribeiro - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO – LEI Nº 13.415/2017: UM BALANÇO DE PRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em 22 de Setembro de 2016, foi instituída a Medida Provisória (MP) nº 746. Esta MP foi construída com vista à implementação política do Ensino Médio (EM) em Tempo Integral e foi promulgada por meio da Lei Nº 13.415 de 16 fevereiro de 2017 (Lei Nº 13.415/2017), conhecida como Lei do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2016; BRASIL 2017).

Esta legislação foi promulgada após o impeachment/golpe de estado realizado contra a presidente Dilma Rousseff. A reforma do EM tem como base os documentos “Pontes Para o Futuro I e II” do PMDB, após a chegada do presidente Michel Temer, que teve como pauta governo reformista, com destaque para a PEC 241/2016 (Limites dos Gastos Públicos), PEC 300/2016 (Reforma Trabalhista) e PEC 287/ 2016 (Reforma da Previdência (BASTOS; SANTOS JUNIOR; FERREIRA, 2017).

A Lei Nº 13.415/2017, altera a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, efetiva as mudanças no EM e a instauração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dentre as mudanças mais importantes e controversas foram: a política de fomento ao EM em tempo integral, com ampliação progressiva de oitocentas “para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de

ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos (2022), pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017”; a divisão do currículo em quatro áreas do conhecimento (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas) e um parte diversificada composta por Itinerários Formativos voltados a educação técnica e profissional, que devem ser pensados por cada sistema de ensino de acordo com seus contextos; além da possibilidade de se reconhecer o “notório saber” como credencial para ministrar-se aulas dos itinerários formativos (BRASIL, 2017).

Em defesa da promulgação da MP, o Ministério da Educação afirmava que a principal determinação prevista foi “a flexibilização do ensino médio, oportunidade para o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular”, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos (BEZERRA FILHO, 2016).

Durante o processo de tramitação entre a MP até a promulgação da Lei Nº 13.415/2017 várias disputas políticas aconteceram durante a tramitação, o que proporcionou mudanças na redação e nas providências finais. Uma das mudanças que marcaram os debates foi a exclusão das disciplinas de Educação Física (EF), Sociologia, Filosofia e Artes como componente curricular obrigatório da etapa do EM. Após várias tratativas estas disciplinas voltaram a figurar como conteúdos obrigatórios do EM, entretanto, não obrigatório durante os três anos da etapa, isto é, fica a cargo das redes de ensino esta distribuição (BELTRÃO; TAFFAREL; TEIXEIRA, 2020).

A EF foi inserida na área de linguagens e suas tecnologias, o que para alguns estudiosos da área foi uma visão limitada do que é EF, no entanto, foi importante para se recolocar como conteúdo do EM, visto que a exclusão por lei enfraqueceria ainda mais a área do conhecimento que se encontra em constante conflito para sua afirmação, identidade e consolidação dentro das escolas (NEIRA, 2018).

Diante deste contexto, o objetivo foi analisar a produção científica sobre a Lei do Novo EM, com ênfase na disciplina EF.

Realizou-se um balanço de produção da Lei do Novo EM na EF entre 2017 e 2022. Para a busca dos artigos, utilizou-se o buscador Google Scholar, com as palavras-chaves de pesquisa “Educação Física” e “Reforma do Ensino Médio”.

A partir da busca, encontramos 1000 resultados. A partir dos critérios de inclusão e exclusão foram adotados: exclusão dos artigos publicados em revistas científicas sem o DOI; inclusão dos artigos publicados entre 2017 e 2022. A partir dos critérios citados, todos os títulos que explicitavam sobre a EF e citavam algo sobre a Reforma do EM foram selecionados no primeiro momento e totalizaram 85 artigos.

Com 85 artigos selecionados, foi analisado o resumo de todos os trabalhos, com o objetivo de verificar o tema central abordado e qual o enfoque da pesquisa. Artigos que

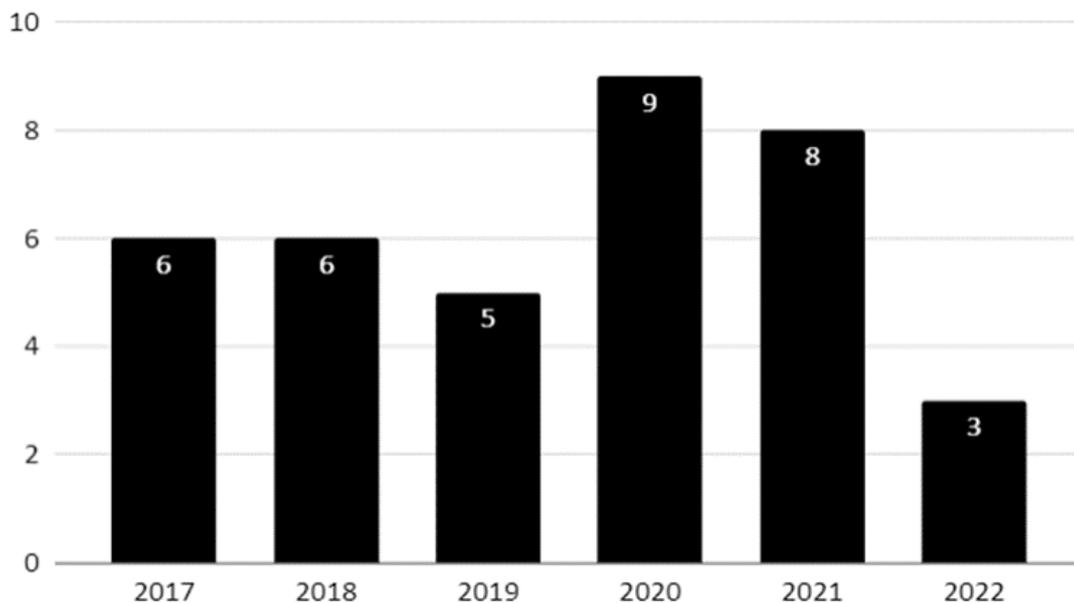
trabalhavam apenas tangencialmente a reforma ou apenas passavam pela temática de forma genérica foram excluídos. Ao final das exclusões, 37 artigos se encaixaram em todos os critérios definidos e formaram o presente balanço de produção.

Para análise dos objetos foi observado os seguintes pontos de reflexão: ano de publicação, revista publicada, o enfoque dado a Educação Física e os principais achados dos estudos para verificar as consonâncias e dissonâncias dos discursos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Quanto ao ano de publicação dos artigos, há uma distribuição das publicações em que a maior incidência de artigos publicados foi no ano de 2020 (Gráfico 1), seguido pelo ano de 2021. O fato de a maior concentração de estudos estar três anos após a publicação da lei pode estar ligado ao processo de qualificação dos artigos e tempo de submissão, aprovação e publicação das revistas.

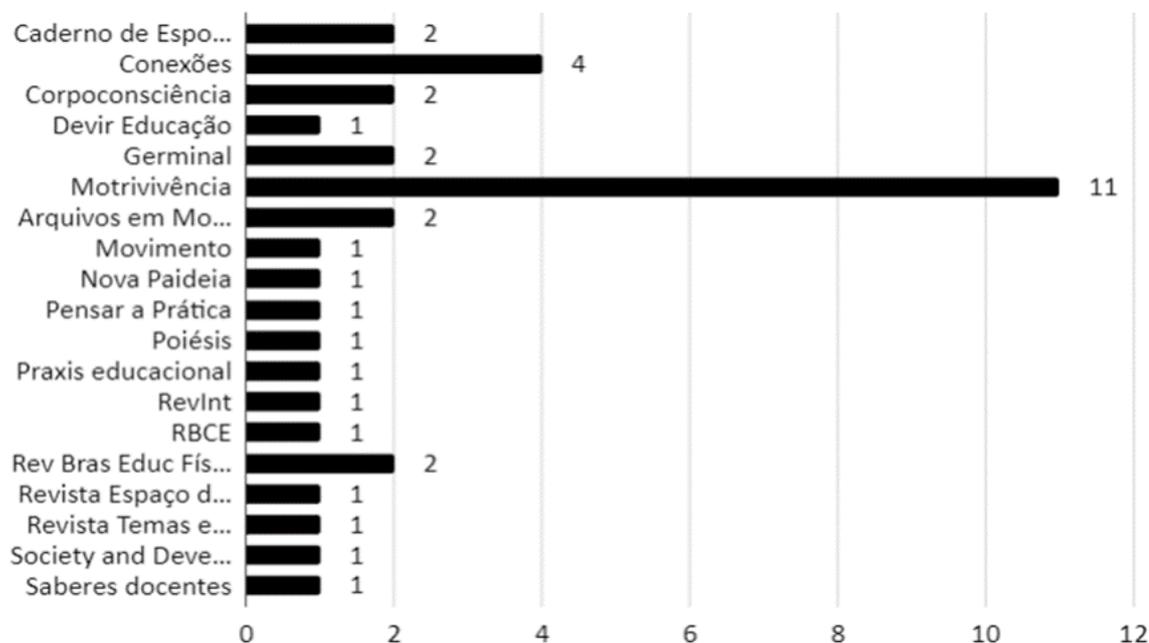
Gráfico 1 - Ano de publicação dos artigos



Fonte: elaboração própria

Quanto as revistas que publicaram sobre a temática, observamos uma predominância de publicações em revistas especializadas em Educação física e Educação, com destaque para Revista Motrivivência, que ancorou a publicação de 11 e a Revista Conexões, com quatro publicações dos 37 artigos selecionados, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Revistas Científicas com publicações sobre a temática



Fonte: elaboração própria

Sobre as metodologias utilizadas para a construção dos trabalhos, cabe ressaltar que 30 artigos se ancoraram em análises documentais, cinco trabalharam com estudos de caso e dois artigos consistiam em revisão de literatura.

Quanto a análise da temática central dos trabalhos investigados, cinco categorias foram definidas de acordo com a produção científica: Currículo; Educação Física em crise; Formação de professores; Panoramas; Perspectivas dos educandos.

Na categoria “Currículo” foram abordados os artigos que analisaram os conteúdos trabalhados nas aulas de EF, com destaque para os desdobramentos e implicações da BNCC. Foi possível verificar estudos preocupados em analisar casos específicos da formulação e implementação dos currículos, perspectivas propostas pelos documentos e suas implicações, além de uma comparação entre os currículos da EF no EM do Brasil e do Chile.

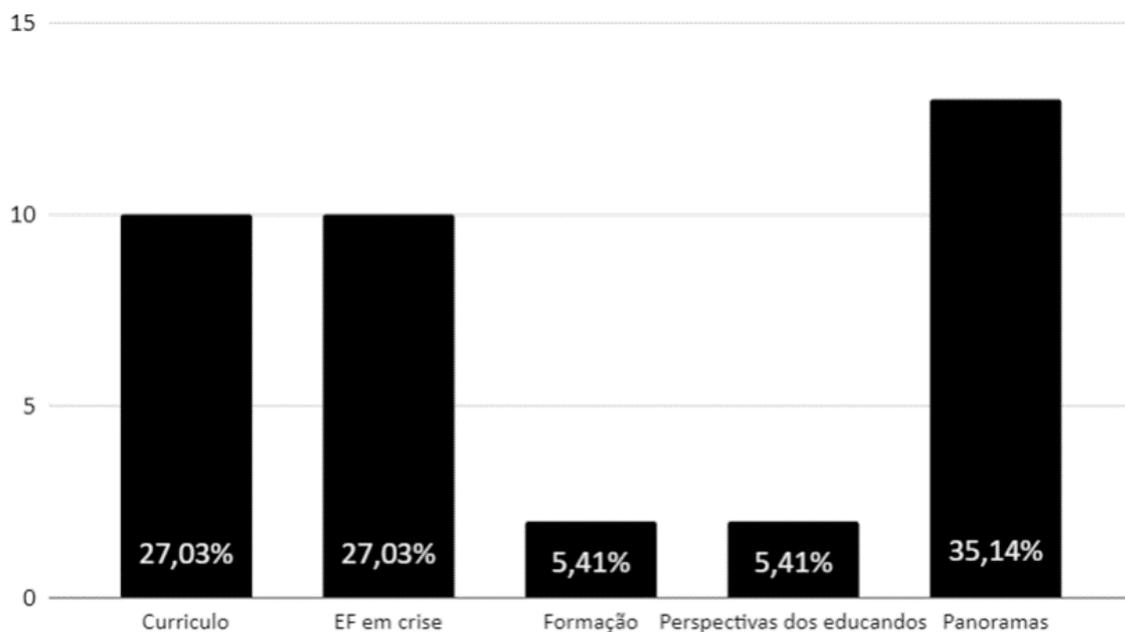
Na categoria “Educação Física em crise”, foram alocados os artigos que traçavam observações acerca do posicionamento da EF dentro da reforma do EM. As análises enfatizavam as contradições da EF, enquanto componente curricular e/ou sua consolidação como área do conhecimento dentro do contexto abordado. Temas como o resgate ao notório saber, desvalorização das licenciaturas e a subvalorização da EF dentro do EM fizeram-se presentes.

Na categoria “Panoramas”, as publicações traçaram paralelos entre os possíveis impactos que a reforma pode causar na EF no EM, as perspectivas para o futuro, o contexto histórico e cultural da época de análise. Artigos com repercussões midiáticas e de instituições políticas e de ensino também foram englobados.

A categoria “Perspectivas dos educandos” foi a categoria que concentrou artigos em que o interesse nas aulas de EF no EM foi investigada a partir da perspectiva dos alunos, com discussões sobre o contexto após aprovação da reforma.

Por fim, a categoria “Formação de professores”, incluiu os desdobramentos da reforma do EM quanto a formação docente e os impactos nas instituições de ensino que formam professores de EF para atuação na educação básica. A partir do Gráfico 3, as categorias que se destacaram com maior número de produção acadêmica foram: Educação Física em crise, Panoramas e currículo.

Gráfico 3. Categorias das temáticas centrais abordadas nos artigos.



Fonte: elaboração própria

Os resultados das pesquisas indicavam argumentos contrários à reforma do EM de uma forma geral, entre as principais críticas convergentes nos textos analisados foram: a forte presença do empresariado no processo da reforma e o avanço das ideais neoliberais; o abismo social que a reforma provoca com a implementação das escolas em tempo integral, com uma escola para cada classe social (educação técnica ou educação) propedêutica); a contradição de congelamento dos gastos para a educação e a necessidade de contratação de mais professores para o atendimento da educação em tempo integral; o enfraquecimento da EF como área do conhecimento; a desvalorização da licenciatura em EF e a contratação de professores sem formação específica; o caráter impositivo com que a reforma foi posta e a falta de diálogo com os professores e estudantes.

CONCLUSÃO

Pode-se observar que existe uma tendência de crescimento da produção científica nos últimos três anos, com a temática da EF na reforma do EM, entretanto, há lacunas no que tange o tema quando se observa que o debate por vezes é concentrado em professores de EF, o que dificulta uma articulação ampla com os professores das mais diversas áreas da Educação.

As principais temáticas abordam os “Panoramas” do impacto da reforma, em uma perspectiva futura, o processo da “Educação Física em crise” com a retirada da obrigatoriedade nos três anos do EM e as mudanças relacionadas ao “currículo”, que tende a produzir uma educação técnica e outra propedêutica para cada classe social.

Cabe salientar que este balanço de produção tem seu alcance limitado pelo recorte de analisar apenas artigos científicos, e excluir teses e dissertações, trabalhos completos em anais de congressos, fato esse que contribuiria para presente análise, mas ultrapassaria a delimitação de um resumo expandido.

Percebe-se que ainda há lacunas a serem preenchidas como o processo de dar voz aos professores e alunos, além de mais artigos com estudos de caso, revisão sistemática, que analise os impactos singulares e plurais da reforma num país continental como o Brasil, mas quem estuda o tema têm perspectivas críticas alinhadas e seguem contrários à reforma como foi posta.

Palavras-chave: Política Pública. Política Educacional. Reforma Educacional.

REFERÊNCIAS

BASTOS, R. S.; SANTOS JUNIOR, O. G.; FERREIRA, M. P. A. Reforma do Ensino Médio e a Educação Física: um abismo para o futuro. **Motrivivência**, v. 29, n. 52, p. 38-52, 2017.

BELTRÃO, J. A.; TEIXEIRA, D. R.; TAFFAREL, C. N. Z. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020.

BEZERRA FILHO, J. M. Ministro de Estado da Educação. Novo ensino médio é uma agenda do país. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 out. 2016b. Opinião. Tendências/Debates. Disponível em: . Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaoodemotivos-151127-pe.html> Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em: 14 jul. 2022.

NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista**

